



Suzane e irmãos Cravinhos voltam ao júri em 17 de julho

Já era esperado que o julgamento de Suzane von Richthofen e dos irmãos Christian e Daniel Cravinhos, réus confessos do assassinato dos pais dela, Marisia e Manfred von Richthofen, fosse cercado de manobras. O que não se esperava era que o primeiro de julgamento se encerrasse sem sequer instalar-se a sessão do Júri.

A sessão que não começou acabou com uma hora de discussão no plenário entre juiz advogado e Ministério Público sobre uma questão tecnicamente, já superada.

Tudo começou quando Mauro Octávio Nacif, um dos advogados de Suzane, numa questão de ordem, apontou a ausência de uma testemunha que, segundo ele, era essencial para o processo. Ela era amiga de Marisia e ia contar aos jurados detalhes do relacionamento de Suzane com os pais.

O juiz responsável pelo caso, Alberto Anderson Filho, abriu os autos e viu que constava que a testemunha estava na Europa e que os advogados de Suzane o avisaram sobre a saída. Nacif interrompeu o juiz. Insistia na tese de que o julgamento devia ser suspenso já que a testemunha, imprescindível, não iria depor. Em vista disso, afirmou que, num suposto gesto de boa vontade com o juiz, poderia indicar uma nova testemunha.

Instalou-se então a balbúrdia. Juiz e advogado começaram a discutir. Nacif insistia na tese de marcar nova data de julgamento e ameaçava o juiz, com dedo em riste, dizendo que largaria o júri caso não atendesse sua solicitação. Anderson Filho indeferiu o pedido, com o argumento de que o próprio advogado estava se contradizendo, já que teria dito que faria outro júri, mesmo sem a testemunha.

Até mesmo Mário Sérgio de Oliveira, também advogado de defesa, discordou do colega Nacif. Nessa hora, o juiz não segurou a ironia. “Primeiro vamos esperar a defesa se entender e depois decidir sobre o andamento do processo”, disse.

O Ministério Público também interferiu na discussão. “Tudo o que a testemunha poderia fazer, já fez. A testemunha não é imprescindível e não vai trazer nenhuma novidade sobre o caso. Não há razão para adiar o júri”, ressaltou o promotor Roberto Tardelli, aos berros.

Nacif se exaltou. Ameaçou tirar a beca e se retirar do plenário. Depois de quase uma hora de discussão, aplausos da platéia entre uma resposta e outra do juiz, advogado e MP, a promessa foi cumprida. Os advogados de Suzane saíram do plenário sob protesto. Disseram que aquilo não era uma renúncia, mas sim a reação a uma arbitrariedade, injustiça e deslealdade do juiz.



Os promotores e o assistente de acusação, Alberto Zacharias Toron, reagiram. Pediram que o juiz nomeasse um defensor público para Suzane e que a mandasse de volta para a prisão em Rio Claro (interior de São Paulo), já que a prisão domiciliar que a beneficiou já tinha perdido a finalidade. Também solicitaram que a OAB fosse notificada sobre a discussão no plenário e que a ata de audiência fosse encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça, aos cuidados do ministro Nilson Naves, relator dos pedidos de Suzane naquela corte.

O juiz acolheu parte do pedido, apenas para notificar a OAB e o STJ. No final, desabafou: “Não é a ré que vai sair daqui algemada, mas sim essa presidência”. Os promotores Tardelli e Nadir de Campos Júnior, e o assistente de acusação Toron também manifestaram sua decepção. “O deboche da defesa é indicativo de falta grave e de despreparo. Estamos à margem de um processo absurdo. O advogado não sabe qual é o limite do ridículo, porque riram de todos nós, juízes e promotores, na porta de saída”, disse Tardelli.

Com o ocorrido, o julgamento de Suzane ficou marcado para a mesma data designada aos irmãos Cravinhos, dia 17 de julho. O julgamento dos irmãos foi adiado horas antes do de Suzane porque o advogado Geraldo Jabur não compareceu ao Fórum da Barra Funda, em São Paulo. Disse que, se comparecesse ao julgamento, legitimaria o cerceamento de defesa de que seus clientes foram vítimas. Isso porque, segundo ele próprio afirma, foi impedido de orientar adequadamente os irmãos Cravinhos.

Júri

Suzane, seu namorado Daniel e o irmão dele, Christian Cravinhos, confessaram ter matado os pais dela, Marisia e Manfred von Richthofen, a golpes de barra de ferro, na casa em que a família vivia, em outubro de 2002.

Os três foram denunciados pelo Ministério Público por crime de duplo homicídio triplamente qualificado por motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima.

Date Created

05/06/2006